

As relações cotidianas de uma família de cafeicultores, nas memórias de Braz Ponce Martins (1897-1975)

Gelise Cristine Ponce Martins (SEED)

O presente trabalho é um resumo de nossa dissertação de mestrado – defendida em 2012, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – que analisa o cotidiano dos primeiros agricultores do norte, noroeste e oeste do Paraná. Migrantes anônimos que chegaram entre as décadas de 1930 e 1950, atraídos pelas terras férteis, as quais as companhias privadas de colonização propagandeavam, e pelo sonho do enriquecimento rápido prometido pela expansão cafeeira, que se finda em 1975.

A principal fonte da pesquisa é a autobiografia de Braz Ponce Martins, “Memorial de um século de cafeicultores” (2003),ⁱ que conta a história de imigrantes espanhóis que vieram trabalhar como colonos nas plantações de café do oeste de paulista, em fins do século XIX. Na década de 1910, tornaram-se pequenos proprietários e, nos anos 30, migraram para o norte do Paraná. Em 1938, a família Ponce se estabeleceu em Rolândia, mudou-se para Londrina em 1945 e, no ano de 1959, para Cianorte. Não obstante a narrativa se estenda até o presente do autor, em 2002, realizamos um recorte espaço-temporal (1897-1975), a fim de inserir sua trajetória no processo de ocupação capitalista da região.

O capítulo I, “Análise das memórias de Braz Ponce Martins: considerações teórico-metodológicas”, estabelece as condições teóricas e metodológicas que nortearam a pesquisa. Em primeiro lugar, apresentamos nossas fontes: a autobiografia; os arquivos pessoais de Braz Ponce Martins (várias fotografias antigas, cinco esculturas em madeira e dez escrituras de propriedade), analisados conforme os parâmetros da Nova História Cultural; e as entrevistas realizadas com familiares (Gines Ponce Martins, filho de Braz, e Mariana Gonçalves Martins, esposa de Braz), baseadas na metodologia da História Oral.

Em segundo lugar, relacionamos a autorrepresentação de Braz como pioneiro e desbravador, que escreve suas memórias como um enredo, em termos de ascensão da miséria à riqueza, com o imaginário da colonização do norte do

Paraná, caracterizado pelas imagens da “Terra da Promissão”, “Eldorado Cafeeiro”, “terra onde se anda sobre dinheiro” e pela ode ao pioneirismo. Em outras palavras, Braz se descreve como o pioneiro que com muito trabalho e privações conseguiu adquirir seu pedaço de chão e prosperar. Inserindo-se, desta forma, na História Regional que idealiza a figura do pioneiro que obteve sucesso.

Em um terceiro momento, discutimos o conceito de memória e suas relações com a história, para justificar que as lembranças de Braz não pertencem somente a ele, mas à comunidade da qual fez parte, fornecendo informações sobre todo o grupo. Por fim, demonstramos que apesar de ser seletiva, parcial, passível de manipulação e construída no presente do autor, a memória individual é uma fonte histórica relevante, desde que se apresente uma problemática de pesquisa ao estudá-la e se reconstrua contexto social no qual o indivíduo viveu.

Uma vez que nossa problemática de pesquisa centra-se na compreensão das relações cotidianas de pessoas comuns que participaram da colonização do norte Paraná, esclarecemos como o cotidiano pode ser abordado como objeto histórico, segundo as perspectivas da História do Cotidiano. Nossa postura foi a de assumir o sujeito cotidiano da pesquisa como um autor, cuja narrativa não foi utilizada meramente como ilustração dos discursos dos autores consagrados na academia, mas consideradas tão importantes quanto a estes.

Em suma, recorreremos a um debate historiográfico sobre as vantagens e desvantagens de se trabalhar com uma fonte literária, uma memória de si. Demonstramos como o uso dos arquivos pessoais e de entrevistas de pessoas próximas ao protagonista auxiliam na contextualização da narrativa memorialística. E destacamos a importância da cultura material e do cotidiano para a História.

Uma vez que as memórias de Braz foram escritas no presente do autor, que recorreu às suas lembranças de mais de 70 anos, constatamos que a autobiografia é uma seleção de suas experiências de vida, que foram submetidas a uma lógica discursiva, que vinculou os acontecimentos e produziu uma unidade coerente onde só existiam fragmentos. Deste modo, Braz concedeu um sentido a sua trajetória, como se tudo levasse a um fim predeterminado: ser cafeicultor. Este intento transparece no próprio título do livro, “Memorial de um século de cafeicultores”, e no

fato de Braz ter deixado de descrever outros aspectos importantes de sua vida, como por exemplo, sua vida conjugal.

Neste primeiro capítulo, chegamos à conclusão de que a memória é a estrutura mais ampla e abrangente, é o próprio cimento da vida cotidiana. Pois, a narração de uma história de vida pode conter descrições bastante fidedignas das ações rotineiras, sendo interessantes, na medida em que levam à melhor compreensão dos valores coletivos e das próprias ações de um grupo, justamente devido à sua subjetividade.

Sabendo que só é possível construir o conhecimento histórico, por meio de uma análise crítica das recordações do passado, buscamos problematizar, contextualizar e comparar nosso objeto de pesquisa. Os capítulos subsequentes foram dedicados a inter cruzar as informações obtidas na autobiografia e nos arquivos pessoais de Braz Ponce Martins, com a bibliografia disponível sobre as temáticas que incitam.

O capítulo II, “História das origens e da infância de Braz Ponce Martins: o cotidiano dos imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista (1897-1938)”, avalia o processo migratório em que se insere a família de Braz Ponce Martins. Com base nas lembranças de sua infância – que se mesclam com as recordações de seus familiares – descrevemos o cotidiano de uma colônia espanhola, no interior de São Paulo, com destaque à aquisição de terras e à preservação da identidade cultural.

Remontamos às condições da Europa e da América, no século XIX e início do século XX, para compreender os motivos que levaram os espanhóis a emigrarem (pobreza, crises na agricultura, necessidade de trabalho, sonho de obter terras na América) inquirir os locais de onde partiam (Andaluzia, Levante, Extremadura) e os países onde se estabeleciam (Cuba, Argentina, Brasil). Distinguimos as principais ondas migratórias (antes de 1880, 1880-1930 e pós-1950) e os tipos de imigração (subsidiada ou não, individual ou familiar, permanente ou com retorno). Bem como analisamos as políticas de subsídio do governo brasileiro para atrair os trabalhadores europeus e os principais sistemas de trabalho (parceria e colonato).

Recorremos a um debate historiográfico acerca da mobilidade social dos imigrantes, para demonstrar como se dava o acesso à propriedade de terras. E constatamos que apesar da afirmação corrente de que a aquisição de terras por

parte dos espanhóis foi menor em comparação com a de outros grupos de imigrantes, devido ao caráter tardio de sua imigração, um considerável número de espanhóis conseguiram se tornar pequenos proprietários, inclusive os Ponce.

Verificamos que os espanhóis e seus descendentes não foram assimilados pela sociedade brasileira tão facilmente, como apregoa a história oficial. Visto que os traços da identidade cultural mantiveram-se no idioma do imigrante, que por anos continuava falando a língua espanhola, principalmente no reduto familiar; na alimentação, ao conservar os pratos típicos de sua terra natal; na preservação dos ideais políticos; e nos casamentos endogâmicos. O fato de Braz ter passado a infância em uma colônia espanhola, onde todos falavam “um portunhol” e ter se casado com uma descendente de espanhóis, que pratica a culinária espanhola até os dias atuais, demonstra que a identidade cultural da família foi preservada.

Por fim, selecionamos as narrativas das origens de Braz Ponce Martins, onde ele reconstrói o passado da família a partir dos documentos que possui sobre seu pai e das histórias que sua mãe contava. Sua família veio para o Brasil no contexto da imigração em massa (1880-1930), fuga da miséria do campo. Seus pais, provenientes da Andaluzia, no sul da Espanha, emigraram com a passagem subsidiada, em 1897. E as memórias de sua infância, referentes ao cotidiano da colônia espanhola no interior de São Paulo, na qual a família Ponce viveu. Braz escreve sobre o caminhão que realizava as mudanças, as brincadeiras, os cachorros, a alimentação, os casamentos, as festas juninas e natalinas e acerca do esforço para economizar, no intuito de adquirir terras.

Em suma, o objetivo do segundo capítulo foi compreender as causas da imigração espanhola para o Brasil, as políticas de imigração promovidas pelo governo brasileiro, o trabalho dos colonos na cafeicultura paulista, o modo como se dava o acesso do imigrante à propriedade de terras e o processo de assimilação/resistência cultural, com a finalidade de contextualizar as narrativas acerca das origens da família Ponce e da primeira infância de Braz. Concluímos que esta parte da autobiografia é uma fonte importante sobre a imigração espanhola para São Paulo, visto que os relatos escritos dos imigrantes e seus descendentes são raros, devido ao alto grau de analfabetismo presente entre os espanhóis.

No capítulo III, A (re)ocupação do norte do Paraná e o discurso que a legitimou (1840-1945), inserimos as memórias da infância de Braz Ponce Martins em seu contexto histórico, a partir de uma discussão bibliográfica acerca do processo de ocupação capitalista do norte do Paraná. Procuramos delimitar a região norte a partir de sua localização geográfica e das representações políticas, econômicas, sociais e culturais que dela fizeram. Desconstruir o discurso do “vazio demográfico”, ao estudar o processo de exclusão do índio de seu território, desde o século XVII, quando as primeiras missões jesuíticas se estabeleceram no atual Estado do Paraná, até a década de 1950, momento em que o Serviço de Proteção ao Índio confinou os indígenas remanescentes em Reservas.

Discutimos a consagrada ideia de que a colonização do norte do Paraná resultou da expansão da cafeicultura paulista, sob a ótica de vários autores. Mostramos que o Estado esteve presente na colonização desde fins do século XIX, concedendo terras devolutas a empresas colonizadoras e estabelecendo, por meio de legislações, que estas fossem divididas em pequenas propriedades. Destacamos a ação de uma colonizadora em particular, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), cuja propaganda atraiu a família Ponce e muitas outras, às famosas terras roxas. Traçamos um breve histórico da CTNP desde sua fundação, por um grupo inglês, na década de 1920, até quando foi vendida a um consórcio brasileiro, na época da Segunda Guerra, tornando-se a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Por fim, mencionamos os conflitos pela posse da terra ocorridos entre as companhias particulares, os posseiros, os grileiros e o governo estadual.

Em síntese, no capítulo III, estudamos os primórdios da colonização, quando os indígenas são expulsos de seus territórios, em nome do progresso. Discutimos o processo de expansão da cafeicultura do oeste paulista para o norte paranaense. Analisamos a legislação estadual que impulsionou a concessão de terras devolutas às companhias privadas de colonização. Enfatizamos a colonização empreendida pela iniciativa privada, visto que a família Ponce integrou à imensa corrente migratória atraída pela propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná. Remetemos à constituição da CTNP, de capitais ingleses, e às suas negociações com o Estado, bem como a ação do governo ao promover a ocupação da região, o que ocasionou conflitos entre empresas/concessionárias, posseiros e grileiros.

Observamos que várias tribos habitaram o norte do Paraná em diferentes momentos históricos. Os Guaranis, que na época em que este território pertencia à coroa espanhola, foram aldeados pelos jesuítas e caçados pelos bandeirantes. Os Kaingángs, que ocuparam a região depois que os Guaranis sobreviventes migraram para os Sete Povos das Missões, no século XIX, sofreram as investidas dos primeiros colonizadores e, na década de 1930, seus remanescentes já estavam confinados em reservas. E os Xetás, que tomaram contato com o homem branco apenas na primeira metade do século XX e foram praticamente dizimados.

Verificamos que a maioria dos pesquisadores considera a colonização do norte do Paraná como um prolongamento da cafeicultura paulista. Porque em fins do século XIX, paulistas e mineiros atravessaram a fronteira e se estabeleceram no nordeste do Paraná, em busca de terras não esgotadas pelo processo produtivo. Ao passo que outros alegam que a (re)ocupação da região ocorreu concomitantemente a outras regiões consideradas vazias pelo capital em São Paulo. E que o café ainda não era o principal produto da economia paranaense neste período.

Concluimos que o Estado, além de agir como colonizador direto, também incentivou e facilitou o empreendimento das companhias privadas, embora o discurso da CTNP/CMNP afirme o contrário. E que os conflitos pela posse da terra, não ocorreram somente em Porecatu e em Jaguapitã, casos de repercussão nacional. Mas inclusive na área da CTNP, que em seus escritos afirma ter pagado até três vezes pela terra, enquanto que, na realidade, como indicam vários depoimentos, utilizava-se de uma guarda particular para expulsar os posseiros. Ainda assim, a historiografia oficial procura ocultar estes conflitos, idealizando o passado da região.

O capítulo IV, A família Ponce se estabelece no norte do Paraná (1934-1944), ter por objetivo mostrar o modo de vida dos primeiros agricultores do norte do Paraná, entre as décadas de 1930 e 1940. Intuito justificável diante do fato de a historiografia regional ainda não ter se preocupado com esta temática. Primeiramente, apresentamos o contexto no qual se insere esta parte da narrativa autobiográfica, a saber: conjuntura de recessão econômica e baixa nos preços do café; início das vendas dos lotes de terras pela CTNP e chegada dos primeiros

migrantes, que enfrentam inúmeras dificuldades para se estabelecerem em suas pequenas propriedades; e fundação do núcleo de Rolândia.

Organizamos a narrativa autobiográfica em uma sequência cronológica – embora o autor não tivesse esta preocupação – a fim de evidenciar como era o modo de vida da família Ponce, nos espaços que habitou. Em um primeiro momento, verificamos como ocorreu a compra da propriedade, a formação da fazenda São Manoel e a instalação da família em Rolândia (1934-1939); em seguida, analisamos as lembranças referentes ao cotidiano na fazenda São Manoel (1939-1943); e, por fim, descrevemos a rotina na chácara de Londrina (1943-1945).

Destacamos as primeiras impressões da família Ponce a respeito do norte do Paraná, condizente com o ditado popular “o norte do Paraná é só fama: quando não é poeira, é lama”. Descrevemos como foi realizada a mudança da família de São Paulo para o Paraná, a derrubada da mata, a construção dos ranchos de palmito e primeiras casas de madeira, o plantio dos cafezais, as relações de trabalho, a alimentação, as festas, a religiosidade popular, a rotina na escola e as dificuldades enfrentadas pela família durante a Segunda Guerra Mundial. Como se tratam das lembranças da infância de Braz, as brincadeiras em meio à mata e o dia a dia na escola têm espaço privilegiado na narrativa.

O capítulo V, O processo de (re)ocupação do norte do Paraná se completa (1945-1975), visa contextualizar as memórias da juventude e da fase adulta de Braz Ponce Martins. Em primeiro lugar, buscamos compreender o crescimento vertiginoso de Londrina, que atraiu levas de migrantes, inclusive a família Ponce, que se mudou para a cidade em 1945. Para tanto, remontamos à fundação da cidade como sede da CTNP, nos anos 30 e relatamos seu desenvolvimento até a década de 1950. Em segundo, analisamos o processo de transferência da CTNP para os capitalistas brasileiros, a formação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, as mudanças e as continuidades em sua administração e ação colonizadora. Isto porque, dentre outras regiões, a CMNP colonizou a cidade de Cianorte, no noroeste do Paraná, local onde Braz adquiriu seu primeiro lote de terras, constituiu família e viveu até sua morte.

Em terceiro lugar, demonstramos como se deu a fundação de Cianorte e sua relação com a cafeicultura, cuja expansão levou à ocupação do noroeste do Paraná.

Em quarto, verificamos de que modo o esgotamento das terras devolutas e a decadência da cafeicultura, fomentaram a concentração fundiária e o deslocamento populacional para as cidades e outras zonas de fronteiras. Assim, estudamos desde o apogeu da cafeicultura paranaense, que se inicia após a Segunda Guerra e se estende até fins dos anos 1950; até sua decadência, que começa na década de 1960, em decorrência de crises de superprodução, dos incentivos governamentais em favor da diversificação da agricultura e da industrialização, e se finda em 1975.

Por fim, comparamos as diferentes versões presentes na historiografia paranaense, acerca da colonização do norte do Paraná, pautando-nos em trabalhos escritos após 1970. Percebermos que a História Regional ora exalta a ação da iniciativa privada, ora desconstrói esta visão, enfatizando a importância do Estado e os conflitos pela posse da terra. Estes últimos são estudos mais recentes, que visam desvendar como se deu de fato a (re)ocupação do território, resgatar a história dos habitantes que lá viveram, quais as reais intenções dos empresários e criticam a historiografia tradicional, que apenas reproduz o discurso da CMNP.

Portanto, no capítulo V, analisamos a fundação de Londrina, no início da década de 1930 e seu rápido desenvolvimento, graças ao fato de ser sede da CTNP e à cafeicultura. A cidade recebeu grandes contingentes populacionais, o que culminou em um processo de urbanização desordenado, levando às classes dominantes a estabelecerem políticas segregatícias, nos anos 1950. Estudamos como se efetuou a transferência da CTNP aos brasileiros, a formação da CMNP, suas medidas colonizadoras e a diversificação das atividades da empresa.

Constatamos que a expansão cafeeira tomou um novo fôlego, beneficiada pelos altos preços do pós-guerra, levando à ocupação de territórios no noroeste do Paraná, como Cianorte. Cidade esta, fundada pela CMNP, que se beneficiou da cultura até a década de 1970, apesar de possuir um solo majoritariamente arenoso e suscetível a erosões. Vimos como a cafeicultura entrou em decadência a partir da década de 1960, por causa de crises de superprodução ocorridas em resposta à conjuntura favorável da década anterior. E como o governo, tanto a nível federal quanto estadual, iniciou os programas de diversificação agrícola, que foram acatados de vez, após a geada de negra de 1975.

Por fim, estudamos as consequências do esgotamento da fronteira e da crise da cafeicultura: a expulsão de milhares de trabalhadores do norte do Paraná, que se deslocaram para novas frentes de expansão; e a reconcentração fundiária, haja vista que alguns sitiantes e fazendeiros expandiram horizontalmente suas terras e/ou investiram em novas tecnologias. Bem como, as vertentes da historiografia paranaense que estudam a colonização da região: a historiografia tradicional, que se limitou a reproduzir o discurso da CMNP e os novos estudos, de viés mais crítico.

Concluimos que o processo de colonização do norte do Paraná se completou entre os anos de 1945 e 1975, período este de apogeu e decadência da cafeicultura que, primeiramente, estimulou um grande crescimento populacional e, posteriormente, acarretou o êxodo rural e a migração em massa para outras regiões, principalmente, para o Mato Grosso e para o norte do país.

O capítulo VI, Memórias da juventude e da fase adulta: o cotidiano na cidade de Londrina e o desbravamento das novas frentes, no noroeste e oeste do Paraná (1946-1975), destaca a rotina de estudos, trabalho e lazer de Braz Ponce Martins, em Londrina, nos anos 1950. E analisa as adversidades que Braz enfrenta ao se tornar pequeno proprietário, chefe de família e morador da recém-fundada Cianorte. As narrativas da juventude enfocam os empregos urbanos, a política e a cultura na “Capital Mundial do Café”. A fase adulta do autor centra-se na cafeicultura e na aquisição de propriedades nas novas frentes pioneiras, no noroeste e oeste do Paraná e no Mato Grosso. Por meio da autobiografia, de entrevistas com seu filho Gines Ponce Martins e de escrituras de propriedades, demonstramos como se davam as transações comerciais, as relações de trabalho e os produtos cultivados.

Em um primeiro momento, destacamos rotina de Braz Ponce Martins em Londrina, em fins dos anos 40 e início dos 50. Ele passou sua juventude convivendo com o crescimento desordenado da cidade e os problemas de infraestrutura decorrentes, como por exemplo, a falta de energia elétrica. Braz carregou malas na rodoviária, trabalhou como balconista em uma venda, foi office-boy, auxiliar de escritório, representante de vendas e gerente de uma firma. Ele faz referências ao Grêmio Literário e aos artistas famosos que conheceu. Assistia comícios, discutia preferências ideológicas e exercia seu direito de voto, em uma época que abstenção era altíssima. E gostava de assistir jogos de futebol de modo clandestino, passeava

de carro pela cidade sem carteira e ia muito ao cinema, um dos principais divertimentos dos jovens, na época.

Em um segundo momento, mostramos como Braz realizou seu sonho de se tornar proprietário de terras. Graças à “mínima parte”, os setes alqueires herdados de seu pai, que assume em 1951, começa a acumular pecúlio a fim de adquirir outras propriedades. De início, Braz continuou morando na cidade de Londrina e deixou seu primo Augusto como “porcenteiro” na pequena propriedade, em Rolândia. No ano de 1952, seus irmãos adquiriram pequenos lotes da CMNP na região de Cianorte, hoje São Tomé. E reservaram o lote 376 para Braz.

Em 1955, Braz e o cunhado compraram uma chácara nas imediações de Londrina, para criar porcos, tendo em vista os baixos rendimentos do café neste período. A sociedade foi desfeita em 1959, quando Braz se casou com Mariana Gonçalves Martins e se mudou para o lote 376 para plantar café. A partir de então, expandiu suas propriedades. Braz comprou os lotes vizinhos em São Tomé, formando a Fazenda Guaritá. Adquiriu a Fazendinha Santa Cruz da Colonizadora SINOP, em Jesuítas, no oeste do Paraná. Comprou outras propriedades em São Lourenço, nas proximidades de Cianorte, e no Mato Grosso. Braz chegou a adquirir 415 hectares no Paraná e cerca de 1250 hectares no Mato Grosso. De todas estas terras, após vendas, trocas e perdas, restou somente a Fazenda Guaritá, com 65 alqueires, atualmente administrada pelos seus filhos.

Em síntese, nas narrativas da fase adulta, observamos a participação do autor no desbravamento das novas frentes paranaenses, no noroeste e oeste, entre as décadas de 1950 e 1970. São preciosas as descrições de como Braz adquire as terras, o local das propriedades, sua extensão, valor e as formas de pagamento. Concede detalhes sobre a fauna e flora da região, a construção das primeiras casas, a formação do cafezal, a mão de obra empregada (empreiteiros, colonos, parceiros e trabalhadores volantes), além de fazer referências aos nascentes centros urbanos, à precariedade das estradas de rodagem e à violência rotineira das áreas de colonização recente.

A dissertação teve por objetivo analisar o cotidiano dos primeiros agricultores do norte do Paraná, por intermédio das memórias de Braz Ponce Martins. Assim como a maioria dos migrantes que vieram para esta região, a família Ponce é de

origem europeia, e se deslocou do oeste de São Paulo para o norte central do Paraná, no contexto da expansão da cafeicultura para as terras roxas, propagandeadas pela CTNP, na década de 1930. Do campo migraram para a cidade, em busca de melhores condições de vida, nos anos de 1940, para se deslocarem novamente para as novas frentes de expansão, no noroeste do Paraná, adquirindo pequenos lotes de terras da CMNP, na década de 1950.

O norte do Paraná, caracterizado pelas imagens da “Terra da Promissão” e do “Eldorado Cafeeiro”, desenvolveu-se de modo surpreendente entre os anos de 1930 e 1950, graças à riqueza trazida pelo café. Mas o que “o café deu, o café tirou” e, a partir da década de 1960, a região se tornou um polo dispersor de populações, graças ao esgotamento das terras devolutas e à decadência da produção cafeeira. Contudo, o destino de Braz Ponce Martins foi outro. Apesar de todos os percalços, Braz soube tirar proveito das altas e baixas da cafeicultura, adquirindo propriedades no noroeste e oeste do Paraná e até no Mato Grosso. Logo, faz parte de uma minoria de sitiantes que conseguiu ascender socialmente.

Após a realização desta pesquisa, chegamos à conclusão de que “Memorial de um século de cafeicultores”, escrito por Braz Ponce Martins, com a finalidade de contar sua história e de sua família, é uma fonte histórica de grande relevância para a compreensão da expansão da cafeicultura no século XX, responsável pela ocupação capitalista das terras do oeste paulista, do norte e oeste paranaenses.

ⁱ PONCE MARTINS, Braz. **Memorial de um Século de Cafeicultores**. Cianorte: Gráfica e Editora Bacon Ltda., 2003.

Referência:

PONCE MARTINS, Gelise Cristine. **As relações cotidianas de uma comunidade de cafeicultores, nas memórias de Braz Ponce Martins (1897-1975)**. 2012. 230f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.